

ITR

IT25



AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas Em 31 de março de 2025

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	11

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos
Acionistas e Administradores da
Azevedo & Travassos S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Azevedo & Travassos S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Responsabilidade da diretoria sobre as informações contábeis intermediárias

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 15 de maio de 2025

ADERBAL ALFONSO
HOPPE:54156025004

Assinado de forma digital por
ADERBAL ALFONSO
HOPPE:54156025004
Dados: 2025.05.15 15:38:45 -03'00'

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1
CVM 12.220

Aderbal Alfonso Hoppe
Sócio
Contador CRC – 1SC020036/O-8-T-SP

Balancos patrimoniais
Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	234	279	10.932	3.151
Clientes	7	23.372	23.372	85.616	66.817
Estoques	8	-	-	16.955	16.357
Estoque de terrenos	9	-	-	1.311	1.311
Adiantamento a fornecedores	10	930	2	7.068	3.643
Impostos a recuperar	11	2	2	18.184	16.091
Despesas antecipadas	12	461	367	1.332	868
Outras contas a receber	13	85	-	22.433	17.820
		25.084	24.022	163.831	126.058
Ativo não circulante					
Ativo fiscal diferido	29	79.687	79.687	175.148	190.548
Partes relacionadas	18	185.449	52.266	21.621	200
Outras contas a receber	13	4	-	5.984	12.695
		265.140	131.953	202.753	203.443
Investimentos	14	1.088.242	490.270	751.000	-
Propriedade para investimentos	15	-	-	31.200	28.000
Imobilizado	16	3.210	3.509	55.238	69.853
Intangível	17	29.385	29.920	108.916	260.879
		1.120.837	523.699	946.354	358.732
Total do ativo		1.411.061	679.674	1.312.938	688.233
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores	19	9.014	6.486	103.971	88.557
Empréstimos e financiamentos	20	91.210	58.928	105.898	69.810
Arrendamento por direito de uso	21	678	713	4.093	5.551
Salários, provisão para férias e encargos sociais	22	26.662	32.704	55.667	60.802
Obrigações tributárias – REFIS e Transação Tributária	23.1	2.008	2.144	2.008	2.144
Obrigações tributárias – outros impostos	23.2	3.297	4.416	87.979	74.674
Partes relacionadas	18	324.091	201.168	-	-
Outras contas a pagar	24	1.054	1.346	9.197	12.318
		458.014	307.905	368.813	313.856
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	4.629	2.668
Arrendamento por direito de uso	21	373	509	29.462	31.417
Salários, provisão para férias e encargos sociais	22	23.590	23.824	23.590	23.826
Obrigações tributárias – REFIS e Transação Tributária	23.1	5.737	6.193	5.737	6.193
Obrigações tributárias – outros impostos	23.2	13.523	10.384	119.683	122.028
Provisão para contingências	26	17.148	17.148	23.696	23.696
Passivo fiscal diferido	29	-	-	3.448	1.487
Partes Relacionadas	18	174.201	175.655	15.405	6.057
Outras contas a pagar	24	-	1.675	-	20.624
		234.572	235.388	225.650	237.996
Total do passivo		692.586	543.293	594.463	551.852
Patrimônio líquido					
Capital social	25	1.208.975	651.194	1.208.975	651.194
Prejuízos acumulados		(490.500)	(514.813)	(490.500)	(514.813)
		718.475	136.381	718.475	136.381
Total do passivo e patrimônio líquido		1.411.061	679.674	1.312.938	688.233

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeira intermediárias individuais e consolidadas.

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Demonstrações do resultado Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto pelo lucro por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2024
Receita de venda e serviços prestados, líquida	27	42	43	52.217	50.336
Custos na venda de produtos e serviços prestados	28	-	-	(36.568)	(35.989)
Lucro bruto do período		42	43	15.649	14.347
Receita (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	28	(6.806)	(5.779)	(13.320)	(24.061)
Amortização do intangível	28	(534)	(3.753)	(4.467)	(7.686)
Honorários dos administradores	18.2	(1.220)	(687)	(1.428)	(687)
Outras receitas e (despesas) operacionais	28	738	(2.375)	5.060	299
Equivalência patrimonial	14	1.610	(6.299)	-	-
Lucro (Prejuízo) operacional		(6.170)	(18.850)	1.494	(17.788)
Receitas financeiras	29	-	2	38	1.767
Despesas financeiras	29	(7.362)	(113)	(14.236)	(6.610)
Resultado Financeiro		(7.362)	(111)	(14.198)	(4.843)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(13.532)	(18.961)	(12.704)	(22.631)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	30	-	-	(2.438)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	30	-	2.083	1.610	5.753
Prejuízo do período		(13.532)	(16.878)	(13.532)	(16.878)
Atribuído aos acionistas controladores		-	-	(13.532)	(16.878)
Atribuído aos acionistas não controladores		-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) por ação - R\$		(0,02)	(0,09)	(0,02)	(0,09)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado abrangente
Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2024
Prejuízo do período	(13.532)	(16.878)	(13.532)	(16.878)
Outros resultados abrangentes				
Realização reserva de reavaliação	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período	(13.532)	(16.878)	(13.532)	(16.878)
Atribuível a				
Acionistas controladores	-	-	(13.532)	(16.878)
Acionistas não controladores	-	-	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de Reais)

	Notas	Capital Social	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023		565.442	(248.322)	317.120
Prejuízo do período		-	(16.878)	(16.878)
Saldo em 31 de março de 2024		565.442	(265.200)	300.242
Saldo em 31 de dezembro de 2024		651.194	(514.813)	136.381
Aumento de capital social		751.000	-	751.000
Redução de capital por Cisão ATENERGIA	34.1	(193.219)	37.845	(155.374)
Prejuízo do período		-	(13.532)	(13.532)
Saldo em 31 de março de 2025		1.208.975	(490.500)	718.475

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024.
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(13.532)	(18.961)	(12.704)	(22.631)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período ao caixa proveniente das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	819	3.948	6.090	8.901
Efeito líquido da baixa de investimentos	(738)	-	(738)	(1.484)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.610)	6.299	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.838	(524)	2.387	(1.225)
Provisão para obrigações legais	-	2.375	-	2.375
Avaliação de valor justo	-	-	(4.322)	(1.122)
	(13.223)	(6.863)	(9.287)	(15.186)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Clientes	-	1	(18.799)	(13.772)
Estoques	-	-	(598)	153
Adiantamento a fornecedores	(928)	1	(3.425)	(1.216)
Impostos a recuperar e outros créditos	(133.366)	97.680	(2.909)	(3.891)
Aumento de Capital com a Investida	-	(122.557)	-	-
	(134.294)	(24.875)	(25.731)	(18.726)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	2.528	563	15.414	5.191
Salários, provisão férias e encargos sociais	(6.276)	(3.582)	(5.371)	(2.752)
Obrigações tributárias - Refis e outros impostos	1.428	340	7.930	(3.433)
Outras contas a pagar	119.504	34.399	(14.397)	36.736
	117.184	31.720	3.576	35.742
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(30.333)	(18)	(31.442)	1.830
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de ativos investimentos	(751.000)	-	(749.140)	-
Baixas de ativos investimentos	155.374	-	-	-
Aquisições / baixas de ativos imobilizado e intangível	15	-	160.488	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(595.611)	-	(588.652)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos	30.444	122	35.662	(2.634)
Arrendamento por direito de uso	(171)	(101)	(3.413)	(101)
Aumento de capital social	751.000	-	751.000	-
Redução de capital por Cisão ATENERGIA	(155.374)	-	(155.374)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	625.899	21	627.875	(2.735)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(45)	3	7.781	(905)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	279	24	3.151	2.090
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	234	27	10.932	1.185
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(45)	3	7.781	(905)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações dos valores adicionados
Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2024	01/01 a 31/03/2025	01/01 a 31/03/2024
1 - RECEITAS				
1.1 - Vendas de mercadorias, produtos e serviços	46	47	56.601	55.486
	46	47	56.601	55.486
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
2.1 - Custo venda de produtos e serviços.	-	(2.375)	(18.607)	(11.661)
2.2 - Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.967)	(3.109)	(15.474)	(20.477)
	(3.967)	(5.484)	(34.081)	(32.138)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	(3.921)	(5.437)	22.520	23.348
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(819)	(3.948)	(6.090)	(8.901)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO (3 - 4)	(4.740)	(9.385)	16.430	14.447
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
6.1 - Resultado de equivalência patrimonial	1.610	(6.299)	-	-
6.2 - Receitas financeiras	-	2	33	1.767
6.3 - Ganho de capital	738	-	738	-
6.4 - Avaliação valor justo / deságio	-	-	4.322	1.122
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	(2.392)	(15.682)	21.523	17.336
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
8.1 - Pessoal - salários e encargos	3.907	3.090	14.955	27.693
8.2 - Impostos, taxas e contribuições	3.899	(1.593)	10.794	2.695
8.3 - Remuneração de capitais de terceiros	3.334	(301)	9.306	3.826
8.4 - Prejuízo do período	(13.532)	(16.878)	(13.532)	(16.878)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO	(2.392)	(15.682)	21.523	17.336

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Azevedo & Travassos S.A. (“Companhia” ou “ATSA”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas na B3 sob as siglas AZEV3 e AZEV4, com sede na cidade de São Paulo/SP.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Companhia e suas subsidiárias, denominadas em conjunto como “Grupo”.

A Companhia atua como **holding** e está estruturada em duas verticais estratégicas bem definidas: **(i) Investimentos em infraestrutura, por meio da gestão de ativos concessionados;** e **(ii) Serviços especializados de engenharia.**

Em 2024, o Grupo iniciou um amplo processo de reorganização societária e operacional, com o objetivo de fortalecer sua estrutura de capital, aprimorar a governança corporativa e aumentar a eficiência operacional. Esse processo incluiu o “*spin-off*” da Azevedo & Travassos Energia S.A, a revisão estratégica do portfólio, e a reestruturação societária das subsidiárias operacionais: Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda., Heftos Óleo e Gás Construções S.A. e MKS Soluções Integradas Ltda, além da transformação da Congem Investimentos S.A. na nova holding de investimentos, denominada **Azevedo & Travassos Investimentos S.A.** Esse processo de reorganização encerrou-se ao final de fevereiro de 2025.

A divisão em duas verticais estratégicas visa proporcionar maior foco operacional, clareza na alocação de capital e capacidade de mensuração de desempenho, facilitando a tomada de decisão e a comunicação com investidores e stakeholders.

As verticais estratégicas possuem os seguintes mercados-alvo:

- **Vertical de Investimentos:** gestão de ativos concessionados nos setores de rodovias e saneamento, com foco na geração sustentável de valor no longo prazo. O portfólio atual inclui, além da concessão da **Rota Verde** (um importante corredor logístico brasileiro localizado no Estado de Goiás), **concessões de saneamento** em 30 municípios brasileiros. Esta estrutura tende a contribuir para maior geração de caixa, incremento de EBITDA e maior previsibilidade de receitas.

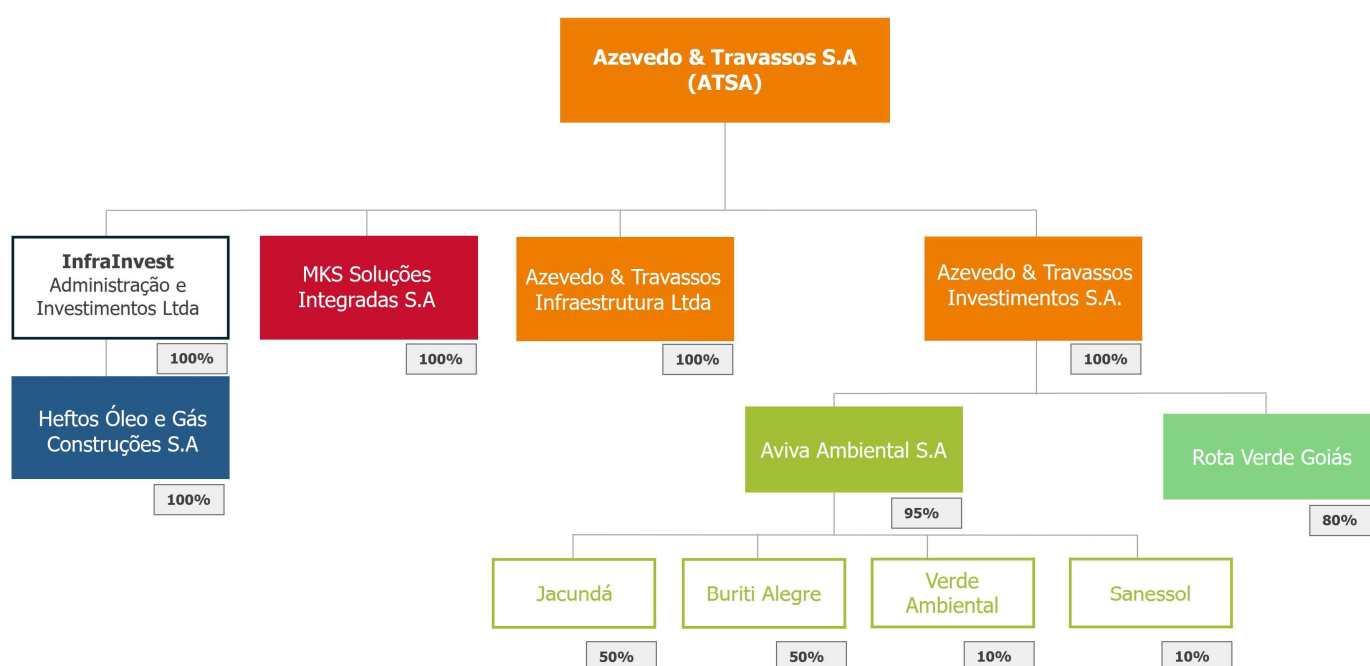
- **Vertical de Engenharia Especializada:** execução de obras civis e de montagem industrial de alta complexidade, com foco em segmentos estratégicos nos quais o Grupo detém vantagens competitivas. A estratégia está fundamentada na excelência técnica, segurança operacional e oferta de soluções inovadoras aos clientes, em um cenário de demanda crescente por serviços de engenharia especializada. Este vertical inclui as seguintes empresas: Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda., Heftos Óleo e Gás Construções S.A. e MKS Soluções Integradas Ltda.

A Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda., permanece como a principal operadora de projetos de engenharia linear e pesada, enquanto a Heftos Óleo e Gás Construções S.A. e MKS Soluções

Integradas Ltda concentram suas atividades em montagem industrial e serviços especializados para os setores de óleo e gás, energia e petroquímica.

A criação da Azevedo & Travassos Investimentos S.A. como veículo estratégico busca consolidar a gestão de participações societárias e aprimorar a disciplina de capital, com foco em alocação eficiente de recursos e captura de sinergias entre as frentes de atuação.

A nova estrutura organizacional da Companhia segue abaixo:



Essas iniciativas reforçam o compromisso da Companhia com as melhores práticas de mercado, promovendo transparência, eficiência operacional e solidez financeira, além de orientar estrategicamente suas decisões de longo prazo.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e IFRS)

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - “Demonstrações Intermediárias” e com as normas internacionais IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standard Board (IASB)” e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das informações intermediárias (ITR).

A preparação das informações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no período anterior apresentado.

As demais informações referentes às bases de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 5 das demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2024 (doravante denominadas de “Demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024”), divulgadas no site da CVM/B3 em 31 de março de 2025, com exceção das novas normas contábeis em vigor divulgadas na Nota Explicativa nº 5, no qual a Administração não identificou impactos em relação às práticas atuais utilizadas das informações contábeis individuais e consolidadas.

A autorização para a emissão destas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração, realizada em 15 de maio de 2025.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Azevedo & Travassos S.A. (“ATSA”) e de suas controladas diretas e indiretas, listadas abaixo:

	Atividade	Participação Societária (%)	
		31/03/2025	31/12/2024
Controladas Diretas			
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. (ATINFRA)	Serviços de Engenharia	100	100
Infrainvest ADM e Investimentos Ltda. (INFRAINVEST)	Holding	100	100
Azevedo & Travassos Energia S.A. (ATENERGIA)	Holding	-	100
MKS Soluções Integradas Ltda. (MKS)	Serviços de Engenharia	100	-
Azevedo & Travassos Investimentos S.A.(ATINVESTIMENTOS)	Holding	100	-
Controladas Indiretas			
Heftos Óleo e Gás Construções S.A. (HEFTOS) (i)	Serviços de Engenharia	100	100
Azevedo & Travassos Petróleo S/A. (ATP) (ii)	Exploração e Produção P&G	-	100
Phoenix Óleo e Gás Ltda (PHOENIX) (iii)	Exploração e Produção P&G	-	100

(i) Heftos é uma controlada indireta (via INFRAINVEST)

(ii) ATP é uma controlada indireta (via ATENERGIA)

(iii) Phoenix é uma controlada indireta (via ATENERGIA)

O controle sobre essas empresas é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar suas políticas financeiras e operacionais e tem a capacidade para auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo está a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que o controle deixe de existir.

Como resultado do processo de cisão da Azevedo Travassos S/A a subsidiária direta ATENERGIA e as subsidiárias indiretas ATP e PHOENIX não fazem mais parte da estrutura do Grupo.

As informações contábeis da MKS e ATINVESTIMENTOS, controladas da Azevedo & Travassos S.A. e adquiridas em fevereiro de 2025, não foram consolidadas, tendo em vista que o processo de obtenção de controle da investida e a mensuração de ativos e passivos decorrentes de uma combinação de negócios ainda se encontravam em curso no fechamento do período.

O investimento na MKS e ATINVESTIMENTOS foi reconhecido pelo valor de custo de aquisição de R\$ 675.547 (seiscentos e setenta e cinco milhões quinhentos e quarenta e sete mil reais) e R\$ 75.453 (setenta e cinco milhões e quatrocentos e cinquenta e três mil reais), respectivamente

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as controladas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas no período anterior, e o período social dessas empresas coincide com o da Companhia.

Os saldos de ativos e passivos e as receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre partes relacionadas, são eliminados por completo, quando aplicável. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras intermediárias de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua ("moeda funcional").

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$ (Reais), que é a moeda funcional do Grupo e, também, a moeda funcional das demais controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e apresentação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor,

os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Instrumentos financeiros

3.2.1. Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Classificação e mensuração subsequentes

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

3.2.2. Passivos financeiros

Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Estoques de mercadorias, terrenos e petróleo

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou produção e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

Os estoques de terrenos são avaliados ao custo de aquisição, ou valor de realização, dos dois o menor.

Os estoques de petróleo podem ser comercializados em estado bruto.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

3.4. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos das depreciações e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia e suas controladas. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

Custos incorridos antes da obtenção das concessões e gastos com estudos e pesquisas geológicas e geofísicas são lançados ao resultado quando incorridos.

Os gastos com a exploração e avaliação diretamente associados ao poço exploratório são capitalizados como ativos de exploração e avaliação até que a perfuração do poço é completada e seus resultados avaliados. Esses custos incluem salários de empregados, materiais e combustíveis utilizados, custo com aluguel de sonda e outros custos incorridos com terceiros.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes na venda ou baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no período em que o ativo for baixado.

3.5. Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a

teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Os ativos intangíveis correlatos à aquisição das concessões de direito de exploração e produção de petróleo e gás adquiridos com a compra da Phoenix são amortizados pelo método linear baseado no prazo do direito de exploração e na vida útil estimada dos poços.

Os ativos intangíveis da Companhia são formados principalmente pelo acervo técnico adquirido com a compra da Heftos.

3.6. Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo incluindo custos de transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas a valor justo.

Para os terrenos, a Companhia fez a avaliação com base no método comparativo direto de mercado.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando não se espera benefícios econômicos futuros ou transferidas quando há intenção de venda.

3.7. Investimentos e base de consolidação

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida;
- Está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida;
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- A dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto;
- Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes;

- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais;
- Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o período são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

Nas demonstrações financeiras intermediárias individuais da Companhia as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3.8. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros s, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada individualmente por cada entidade do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do período.

3.9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferido (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias

resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável, nem o lucro contábil.

Os impostos diferidos ativos são revisados no final de cada período e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados, considerando a apuração por entidade, apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e o Grupo pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.10. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.11. Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes

A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo. A norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. A Companhia e suas controladas adotam o prazo de 12 meses como ciclo operacional.

3.12. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do período, com base no dividendo mínimo definido no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

3.14. Reconhecimento da receita

3.14.1. Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A Companhia tem como principal atividade o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia em todos os seus ramos e especialidades, sob regime de empreitada, administração ou outras modalidades praticadas no mercado.

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de execução do contrato.

O estágio de execução do contrato é avaliado pelo método de porcentagem de conclusão (POC) que considera a proporção entre os custos incorridos com os serviços até então executados e o total dos custos orçados de cada contrato. Para contratos que não possam ter sua receita avaliada de maneira confiável em relação ao trabalho executado de acordo com esse método, a Companhia e suas controladas levam em consideração medições do trabalho executado com a finalidade de apurar a receita contábil.

Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

3.14.2. Vendas de óleo, gás e derivados

Reconhecimento da receita conforme o IFRS 15 (CPC 47) que estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida se:

- (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador;
- (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia;
- (iii) os custos associados e a possível devolução de produtos puderem ser estimados de maneira confiável;
- (iv) não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos; e
- (v) o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável. A receita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais, quando aplicável.

É reconhecida suas receitas quando (ou à medida que) satisfaz sua obrigação de desempenho, transferindo o bem ou pela prestação de serviço prometido ao cliente.

3.15. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento

não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.16. Combinação de Negócios

Combinações de negócio são registradas pelo método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Na determinação se um conjunto de atividades e ativos se caracteriza como um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos contribuem, significativamente, para a capacidade de gerar output.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Eventual ágio gerado na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição, quando presentes todos os elementos de mensuração. As contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do período.

3.17. Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas.

3.18. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

3.19. Resultado básico e diluído por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias no respectivo período, considerando, quando aplicável, ajustes de desdobramento ocorridos nos períodos ou nos eventos subsequentes na preparação das demonstrações financeiras intermediárias.

4. Estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

4.1. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota explicativa 26. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados interno e externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

4.2. Vida útil dos bens do imobilizado e intangível

Quando existe a necessidade, a Companhia revisa a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada período de relatório.

4.3. Perda de créditos esperada

A perda de créditos esperada é constituída para levar as contas a receber de clientes ao seu valor de recuperação com base na análise individual dos créditos existentes. A Companhia adota o critério de provisionar a totalidade dos créditos considerados de difícil realização, e reconhecem imediatamente como perda no resultado aqueles considerados como incobráveis.

4.4. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, ele é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, taxa de juros, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4.5. Impostos

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. O Grupo está sujeito, no curso normal dos nossos negócios, a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias tributária e trabalhista. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que seja movido contra a Companhia, esta pode ser adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado.

5. Adoção de novos pronunciamentos contábeis e novos pronunciamentos emitidos e ainda não adotados

5.1. Adoção de novos pronunciamentos contábeis

Não há nenhuma nova norma ou alteração, válida para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2025 ou após essa data que afere materialmente as informações trimestrais do grupo. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja vigente.

5.2. Novos pronunciamentos emitidos e ainda não adotados

Os demais pronunciamentos emitidos e que ainda não entraram em vigor são os mesmos mencionados nas demonstrações financeiras do grupo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Caixa	5	2	57	52
Banco conta movimento	37	21	9.166	1.186
Aplicações financeiras	192	256	1.709	1.913
Total	234	279	10.932	3.151

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

O saldo de caixa e bancos compreendem os depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato e os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações do Grupo. As aplicações financeiras são formadas por CDBs.

São classificadas pela Administração da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, que representam dinheiro em caixa, depósitos imediatamente resgatáveis e de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a insignificante risco de alteração de valor.

7. Clientes

A rubrica é representada por clientes nacionais, sendo locações, venda de mercadorias e serviços de construção faturados e a faturar pela Companhia:

7.1. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Contas a receber faturado	4.764	4.764	24.640	11.673
Contas a receber a faturar	56.705	56.705	112.795	96.779
	61.469	61.469	137.435	108.452
(-) Antecipação de recebíveis	-	-	(13.722)	(3.538)
(-) Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	(38.097)	(38.097)	(38.097)	(38.097)
Saldo de clientes líquido	23.372	23.372	85.616	66.817

Para o período findo em 31 de março de 2025, a Administração da Companhia, após análise dos créditos em aberto, entendeu que não existe a necessidade de constituição de saldo adicional de perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa (PECLD).

7.2. Prazo de vencimento (aging list) dos recebíveis

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
A vencer	23.357	23.372	87.625	68.747
01 a 60 dias	-	-	10.543	-
61 a 180 dias	15	-	15	-
Acima de 180 dias	38.097	38.097	39.252	39.705
Vencidas	38.112	38.097	49.810	39.705
	61.469	61.470	137.435	108.452
(-) Antecipação de recebíveis	-	-	(13.722)	(3.538)
(-) Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	(38.097)	(38.097)	(38.097)	(38.097)
Saldo de clientes líquido	23.372	23.372	85.616	66.817

8. Estoques

	Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024
Material de construção e peças de manutenção	10.806	10.130
Material de revenda	6.149	6.130
Petróleo Bruto	-	97
Total	16.955	16.357

9. Estoque de terrenos

Os terrenos adquiridos para comercialização são inicialmente reconhecidos pelos custos de aquisição (custo histórico) e posteriormente mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

	M2	Consolidado	
		31/03/2025	31/12/2024
Lote 6 (i)	1.536	1.311	1.311
Total	1.536	1.311	1.311

(i) O terreno está dado em garantia em processos judiciais e parcelamentos tributários.

10. Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Nacionais	930	2	7.068	3.643
Total	930	2	7.068	3.643

11. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
IRRF	2	2	2.892	2.688
CSLL	-	-	1.767	1.417
ICMS	-	-	231	219
INSS	-	-	2.171	1.533
ISS	-	-	850	738
PIS	-	-	1.739	1.593
COFINS	-	-	7.953	7.280
Outros	-	-	581	623
Total	2	2	18.184	16.091

12. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Seguros a apropriar	245	299	764	478
Deposito aluguel (Caução)	19	19	371	340
IPTU a apropriar	175	-	175	-
Outras despesas antecipadas	22	49	22	50
Total	461	367	1.332	868

13. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Depósito judicial	-	-	4.453	3.994
Conta Corrente - Consorcio	-	-	9.073	4.009
Drake Engenharia	-	-	-	1.966
Retenção contratual	-	-	12.671	13.199
Petro Victory Energia LTDA (i)	-	-	-	4.743
Outras contas a receber	89	-	2.220	2.604
Total	89	-	28.417	30.515
Circulante	85	-	22.433	17.820
Não circulante	4	-	5.984	12.695

(i) São valores pagos à Petro Victory Energia com base no contrato de opção e cessão de participação.

14. Investimentos

Os investimentos permanentes estão enquadrados como controladas com influência significativa e, portanto, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

14.1. Composição dos investimentos

	Controladora	
	31/03/2025	31/12/2024
Infrainvest Administração E Investimentos Ltda	162.267	164.537
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.	174.975	171.095
Heftos Óleo e Gás Construções S.A.	-	154.638
MKS Soluções Integradas S.A.	675.547	-
Azevedo & Travassos Investimentos	75.453	-
Total investimento	1.088.242	490.270

14.2. Movimentação das investidas

	Controladora						TOTAL
	ATINFRA	INFRAINVEST	ATENERGIA	ATP	MKS	ATINVESTIMENTOS	
Saldo final em 31/12/2023	184.590	217.174	-	6	-	-	401.770
Resultado de equivalência	(20.736)	(46.079)	(38.651)	-	-	-	(105.466)
Aumento de capital	1.487	-	-	193.118	-	-	194.605
Aquisição de investimento (i)	-	-	193.289	-	-	-	193.289
Baixa de investimento	(804)	-	-	(193.124)	-	-	(193.928)
Saldo final em 31/12/2024	164.537	171.095	154.638	-	-	-	490.270
Resultado de equivalência	10.438	(8.828)	-	-	-	-	1.610
Aquisição de investimento (ii)	-	-	-	-	675.547	75.453	751.000
Baixa de investimento (iii)	-	-	(154.638)	-	-	-	(154.638)
Saldo final em 31/03/2025	174.975	162.267	-	-	675.547	75.453	1.088.242

(i) refere-se ao aporte de capital na ATENERGIA com o investimento na ATP.

(ii) baixa do investimento na ATENERGIA por conta da cisão parcial do patrimônio da ATSA

(iii) aquisição de investimento na MKS e ATINVESTIMENTOS por meio de aumento de capital na ATSA

14.3. Informações sobre as empresas investidas:

	ATINFRA		INFRAINVEST		ATENERGIA	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Participação	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%
Ativo	334.684	306.097	410.108	396.211	-	192.262
Passivo	159.709	141.560	247.841	225.116	-	37.624
Patrimônio líquido	164.537	185.275	171.095	217.175	-	193.289
Lucro líquido (Prejuízo) do período	10.438	(20.738)	(8.828)	(46.080)	-	(38.651)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

15. Propriedades para investimentos Terrenos

A propriedade para investimento é mensurada pelo custo de aquisição no reconhecimento inicial e deve ser continuamente mensurada pelo valor justo.

15.1. Movimentação

Em junho de 2024, a Companhia transferiu a propriedade dos terrenos 8A, 8B e 8C avaliados no valor de R\$ 13.800 como forma de quitação de dívida junto ao Banco Money Plus (BMP).

Em dezembro de 2024, a Companhia transferiu os terrenos 4, 7 e Elisio avaliados no valor de R\$ 27.610, assim como outros lotes de sua propriedade, como parte de pagamento da dívida decorrente de processo judicial.

Em 15 de março de 2025, a Companhia realizou a avaliação das propriedades para investimentos, através de laudo de avaliação, utilizando o método comparativo de preços para atualização dos ativos.

	CONSOLIDADO
Saldo final em 31/12/2023	69.410
Baixas	(41.410)
Saldo final em 31/12/2024	28.000
Ajuste a valor justo	3.200
Saldo final em 31/05/2025	31.200

15.2. Relação dos imóveis

Item	Descrição	Área (m2)	31/03/2025	Ajuste AVJ	31/12/2024	Baixas	31/12/2023
1	LOTE 1 (i) Rua Bueno da Ribeira e Rua Bernardo Rolim de Moura, lote 1, parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito – Nossa Senhora do Ó - São Paulo/SP	55.568	31.200	3.200	28.000	-	28.000
2	LOTE 4 Rua Hortolândia, lote 4, parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito - Nossa Senhora do Ó - São Paulo/SP	4.343	-	-	-	(4.350)	4.350
3	LOTE 7 Rua Hortolândia, lote 7, parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito – Nossa Senhora do Ó - São Paulo/SP	18.144	-	-	-	(9.800)	9.800
4	LOTE 8 A Rua Hortolândia, área A (parte do lote 8), parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito – Nossa Senhora do O - São Paulo/SP	6.697	-	-	-	(6.000)	6.000
5	LOTE 8 B Rua Hortolândia, Área B (parte do lote 8), parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito – Nossa Senhora do Ó - São Paulo/SP	2.441	-	-	-	(2.400)	2.400
6	LOTE 8 C Rua Hortolândia, Área C (parte do lote 8), parte do Sítio Guerra, no 4º Subdistrito – Nossa Senhora do Ó - São Paulo / SP	5.629	-	-	-	(5.400)	5.400
7	LOTE ELISIO Av. Elisio Teixeira Leite, no 31º Subdistrito - Pirituba e no 4º Subdistrito - Nossa Senhora do Ó - São Paulo/SP	22.999	-	-	-	(13.460)	13.460
	TOTAL		31.200	3.200	28.000	(41.410)	69.410

(i) O lote 1 encontra-se arrolado em garantia das ações trabalhistas do PPLE (Plano Prévio de Liquidação de Execuções).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

16. Imobilizado

16.1. Composição

As composições ocorridas nos períodos findos em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 estão demonstrados a seguir:

Controladora		31/12/2024			31/03/2025		
Imobilizado:	Vida útil (anos)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido
Máquinas e equipamentos	10	3.586	(1.542)	2.044	2.029	(110)	1.919
Veículos	5	500	(375)	125	125	(31)	94
Móveis e utensílios	10	435	(150)	285	285	(10)	275
Equipamentos de informática	5	264	(125)	139	139	(8)	131
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	25	243	(149)	94	94	(13)	81
Direitos de uso	5	2.241	(1.419)	822	822	(112)	710
Total		7.269	(3.760)	3.509	3.494	(284)	3.210

Consolidado		31/12/2024			31/03/2025		
Imobilizado:	Vida útil (anos)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido
Poços	15 a 27	17.488	(2.600)	14.888	-	-	-
Máquinas e equipamentos	10	30.425	(14.403)	16.022	15.621	(178)	15.443
Veículos	5	1.041	(613)	428	4.380	(484)	3.896
Móveis e utensílios	10	1.073	(436)	637	684	(40)	644
Equipamentos de informática	5	2.372	(1.306)	1.066	1.032	(64)	968
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	25	243	(149)	94	107	(34)	73
Direitos de uso	5	38.610	(1.892)	36.718	34.887	(682)	34.205
Total		91.252	(21.399)	69.853	56.721	(1.483)	55.238

16.2. Movimentação

As movimentações ocorridas nos períodos findos em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 estão demonstrados a seguir:

Controladora

Imobilizado:	Vida útil (anos)	Saldo em 31/12/2023	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Máquinas e equipamentos	10	4.072	-	(1.961)	(67)	2.044
Veículos	5	250	-	-	(125)	125
Móveis e utensílios	10	316	11	-	(42)	285
Equipamentos de informática	5	169	-	-	(30)	139
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	25	148	-	-	(54)	94
Direitos de uso	5	1.270	-	-	(448)	822
Total		6.225	11	(1.961)	(766)	3.509

Controladora

Imobilizado:	Vida útil (anos)	Saldo em 31/12/2024	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/03/2025
Máquinas e equipamentos	10	2.044	-	(15)	(110)	1.919
Veículos	5	125	-	-	(31)	94
Móveis e utensílios	10	285	-	-	(10)	275
Equipamentos de informática	5	139	-	-	(8)	131
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	25	94	-	-	(13)	81
Direitos de uso	5	822	-	-	(112)	710
Total		3.509	-	(15)	(284)	3.210

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Consolidado

Imobilizado:	Vida útil (anos)	Saldo em 31/12/2023	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Poços	15 a 27	-	17.488	-	-	(2.600)	14.888
Máquinas e equipamentos	10	19.478	1.149	1.065	(3.527)	(2.143)	16.022
Veículos	5	254	106	422	-	(354)	428
Móveis e utensílios	10	689	47	-	(142)	43	637
Terrenos (i)	-	219.471	-	-	(219.471)	-	-
Equipamentos de informática	5	1.318	141	-	(46)	(347)	1.066
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	25	148	-	-	-	(54)	94
Direitos de uso (ii)	5 a 15	1.272	36.369	-	-	(923)	36.718
Total		242.630	55.300	1.487	(223.186)	(6.378)	69.853

Consolidado

Imobilizado:	Vida útil (anos)	Saldo em 31/12/2024	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/03/2025
Poços	15 a 27	14.888	-	-	(14.888)	-	-
Máquinas e equipamentos	10	16.022	3.954	1	(402)	(631)	18.944
Veículos	5	428	-	-	(14)	(50)	364
Móveis e utensílios	10	637	81	-	(12)	(22)	684
Equipamentos de informática	5	1.066	6	-	(40)	(82)	950
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	25	94	13	-	-	(16)	91
Direitos de uso	5 a 15	36.718	-	-	(1.831)	(682)	34.205
Total		69.853	4.054	1	(17.187)	(1.483)	55.238

(i) Em junho de 2024, a ATP utilizou terrenos de sua propriedade no valor de R\$ 185.381 como forma de pagamento pela aquisição do investimento na Phoenix Oléo e Gás Ltda. Em dezembro de 2024, a HEFTOS realizou a operação de venda do terreno no qual possui suas instalações pelo valor R\$ 34.090, e realizou um contrato de arrendamento dessas instalações pelo prazo de 15 anos.

(ii) O saldo de direitos de uso teve um acréscimo de R\$ 36.369 das seguintes operações: (a) arrendamento de sonda de complementação R\$ 2.113, e (b) arrendamento das instalações da HEFTOS R\$ 34.256.

17. Intangível

17.1. Composição

As composições ocorridas nos períodos findos em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 estão demonstrados a seguir:

Controladora	Intangível:	Vida útil (anos)	Custo	31/12/2024		31/03/2025		
				Amortização acumulada	Saldo Líquido	Custo	Amortização acumulada	Saldo Líquido
	Licenças	5	13	(4)	9	9	(1)	8
	Backlog	3	12.875	(12.875)	-	-	-	-
	Marcas	17	32.048	(2.137)	29.911	29.911	(534)	29.377
	Total		44.936	(15.016)	29.920	29.920	(535)	29.385

Consolidado	Intangível:	Vida útil (anos)	Custo	31/12/2024		31/03/2025		
				Amortização acumulada	Saldo Líquido	Custo	Amortização acumulada	Saldo Líquido
	Licenças	5 a 10	74	(19)	55	26	(5)	21
	Acervo Técnico	10	94.222	(11.777)	82.445	81.455	(1.957)	79.498
	Backlog	3	12.875	(12.875)	-	-	(534)	(534)
	Marcas	17	32.068	(2.137)	29.931	29.931	-	29.931
	Gastos exploratórios	15 a 27	16.176	(10.865)	5.311	-	-	-
	Concessão de direitos	15 a 27	146.665	(3.528)	143.137	-	-	-
	Total		302.080	(41.201)	260.879	111.412	(2.496)	108.916

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

17.2. Movimentação

As movimentações ocorridas nos períodos findos em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 estão demonstrados a seguir:

Controladora

Intangível:	Vida útil (anos)	Saldo em 31/12/2023	Amortização	Saldo em 31/12/2024
Licenças	5	13	(4)	9
Backlog	3	12.875	(12.875)	-
Marcas	17	32.048	(2.137)	29.911
Total		44.936	(15.016)	29.920

Controladora

Intangível:	Vida útil (anos)	Saldo em 31/12/2024	Amortização	Saldo em 31/03/2025
Licenças	5	9	(1)	8
Backlog	3	-	-	-
Marcas	17	29.911	(534)	29.377
Total		29.920	(535)	29.385

Consolidado

Intangível:	Vida útil (anos)	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2024
Licenças	5 a 10	65	9	-	(19)	55
Acervo Técnico	10	94.222	-	-	(11.777)	82.445
Backlog	3	12.875	-	-	(12.875)	-
Marcas	17	32.048	20	-	(2.137)	29.931
Gastos exploratórios (i)	15 a 27	-	16.176	-	(10.865)	5.311
Concessão de direitos (i)	15 a 27	-	146.665	-	(3.528)	143.137
Total		139.210	162.870	-	(41.201)	260.879

Consolidado

Intangível:	Vida útil (anos)	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31/03/2025
Licenças	5 a 10	55	-	(29)	(5)	21
Acervo Técnico	10	82.445	-	(990)	(1.957)	79.498
Backlog	3	-	-	-	(534)	(534)
Marcas	17	29.931	-	-	-	29.931
Gastos exploratórios (ii)	15 a 27	5.311	-	(5.311)	-	-
Concessão de direitos (ii)	15 a 27	143.137	-	(143.137)	-	-
Total		260.879	-	(149.467)	(2.496)	108.916

(i) Em 17 de junho de 2024, a ATP adquiriu a participação de 100% das quotas da Phoenix, empresa detentora dos direitos de concessão de exploração e produção de petróleo e gás.

(ii) Em 13 de fevereiro de 2025, como resultado do processo de cisão da Azevedo Travassos S/A, os ativos relacionados aos direitos de concessão de exploração e produção de petróleo e gás foram retirados do patrimônio da Controladora.

18. Partes relacionadas

Trata-se substancialmente da transferência de recursos financeiros entre a Controladora e suas subsidiárias integrais para liquidação de passivos e manutenção do caixa administrativo ou transações com acionistas.

As transações com partes relacionadas estão divulgadas a seguir:

18.1. Transações entre partes relacionadas reconhecidas no ativo e no passivo

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Saldos a receber de acionistas e empresas do Grupo				
Azevedo e Travassos S.A.	-	-	-	-
Infrainvest Administração E Investimentos Ltda	872	51.263	-	-
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.	4	-	-	-
Heftos Óleo e Gás Construções S.A.	162.952	1.003	-	-
MKS Soluções Integradas S.A.	18.711	-	18.711	-
Azevedo & Travassos Investimentos	255	-	255	-
Acionistas não controladores	2.655	-	2.655	200
	185.449	52.266	21.621	200
Saldos a pagar para acionistas e empresas do Grupo				
Infrainvest Administração E Investimentos Ltda	(2.670)	(53.247)	-	-
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.	(202.160)	(200.367)	-	-
Heftos Óleo e Gás Construções S.A.	(278.057)	(123.209)	-	-
MKS Soluções Integradas S.A.	(15.405)	-	(15.405)	-
Acionistas não controladores	-	-	-	(6.057)
	(498.292)	(376.823)	(15.405)	(6.057)
Ativo (Passivo) com partes relacionadas, líquido.	(312.843)	(324.557)	6.216	(5.857)

18.2. Remuneração da Administração

Em 31 de março de 2025, as despesas com a remuneração do pessoal-chave da Administração, o que inclui o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, reconhecidas no resultado do período, totalizam nas demonstrações financeiras intermediárias individuais R\$ 1.220 (R\$ 687 em 31 de março de 2024) e nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas R\$ 1.428 (R\$ 687 em 31 de março de 2024).

19. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Materiais	205	924	14.396	12.685
Serviços	8.809	5.562	89.575	75.872
	9.014	6.486	103.971	88.557

O saldo de fornecedores é composto por fornecedores nacionais, principalmente, de materiais de consumo e locações para utilização nas execuções das obras.

20. Empréstimos e financiamentos

As operações de crédito bancário não possuem nenhum tipo de covenant financeiro. Adicionalmente, as linhas bancárias têm por objetivo financiar o capital de giro da Companhia.

20.1. Composição

Empresa	Tipo de Operação	Encargos	Emissão	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
					31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
ATSA	Nota Comercial	2,0% a 2,5% am	22/04/2024	22/05/2025	91.210	58.928	91.210	58.928
ATI	Nota Comercial	2,70 % a.m	01/07/2024	19/04/2025	-	-	5.560	7.283
INFRAINVEST	Cheque Especial	26,68 % a.a	27/06/2023	25/06/2026	-	-	2.374	2.554
HEFTOS	Cheque Especial	18,86 % a.a	01/11/2023	01/10/2026	-	-	1.383	1.425
HEFTOS	CCB	CDI +0,80% a.m	31/03/2025	31/03/2027	-	-	10.000	-
PHOENIX (i)	CCB	2,25 % a 23,87% a.a	04/10/2021	12/09/2027	-	-	-	1.952
PHOENIX (i)	Nota Comercial	3,50% a.m	26/03/2024	16/06/2025	-	-	-	336
Total					91.210	58.928	110.527	72.478
Circulante					91.210	58.928	105.898	69.810
Não circulante					-	-	4.629	2.668

(i) Como resultado do processo de cisão da Azevedo Travassos S/A a subsidiária não faz mais parte da estrutura do Grupo.

20.2. Vencimento das parcelas

	Controladora		Consolidado	
	Valor Total	%	Valor Total	%
2025	91.210	100,00%	98.948	89,52%
2026	-	0,00%	8.000	7,24%
2027 em Diante	-	0,00%	3.579	3,24%
	91.210	100,00%	110.527	100,00%

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

21. Arrendamento por Direito de Uso

Refere-se aos compromissos assumidos em contratos de locação de equipamentos e instalações administrativas da Companhia.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.436	1.436
(+) Adições (i)	-	36.369
(+) Ajuste a valor presente	412	434
(-) Pagamentos	(626)	(1.271)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.222	36.968
(+) Ajuste a valor presente	31	52
(-) Baixas (ii)	-	(1.733)
(-) Pagamentos	(202)	(1.732)
Saldo em 31 de março de 2025	1.051	33.555
Circulante	678	4.093
Não circulante	373	29.462

O ajuste a valor presente relacionado aos contratos de arrendamento por direito de uso é calculado individualmente por contrato e aplicado durante sua vigência, considerando o prazo de vencimento. Os aluguéis variáveis, de contratos de curto prazo ou de baixo valor são registrados no resultado do período.

(i) O saldo de arrendamento de direitos de uso teve um acréscimo de R\$ 36.369 das seguintes operações: (a) arrendamento de sonda de complementação R\$ 2.113, e (b) arrendamento das instalações da HEFTOS R\$ 34.256.

(ii) A baixa do saldo de arrendamento de direitos de uso decorre da cisão da Azevedo Travassos S/A com a separação dos ativos e passivos de exploração e produção de petróleo e gás da AT Energia.

22. Salários, provisões para férias e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Salários e quitações a pagar	1.371	1.286	8.552	7.949
Provisão para férias e 13 salário	906	882	4.617	4.324
Encargos sociais	2.006	1.617	20.119	19.610
Acordos trabalhistas (i)	45.969	52.743	45.969	52.745
Total	50.252	56.528	79.257	84.628
Circulante	26.662	32.704	55.667	60.802
Não circulante	23.590	23.824	23.590	23.826

(i) Acordos trabalhistas homologados no PPLE (Plano Prévio de Liquidação das Execuções) e acordos individuais negociados com pagamentos parcelados.

23. Obrigações tributárias

23.1. REFIS e Transação Tributária

Em dezembro de 2024, ocorreu a consolidação final do parcelamento decorrente da transação tributária individual realizada junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). O saldo remanescente da dívida consolidada em 31 de março de 2025 está demonstrado abaixo:

	Controladora
	Valor Total
Total do Parcelamento - Transação Tributária - 31/12/2023	8.561
Inclusão de novos débitos	3.524
Acréscimo Multa, Juros e Encargos	9.802
Total débitos atualizados	21.887
Redução de multa, juros e encargos	(7.750)
Utilização de prejuízo fiscal e base negativa CSLL	(3.456)
Total do Parcelamento - Transação Tributária	10.681
Pagamentos do período	(2.344)
Total do Parcelamento - Transação Tributária - 31/12/2024	8.337
Pagamentos do período	(592)
Total do Parcelamento - Transação Tributária - 31/03/2025	7.745

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Obrigações tributárias – REFIS e Transação Tributária	7.745	8.337	7.745	8.337
	7.745	8.337	7.745	8.337
Circulante	2.008	2.144	2.008	2.144
Não Circulante	5.737	6.193	5.737	6.193

No âmbito da transação tributária a Companhia arrolou o terreno para assegurar a execução do novo parcelamento (Nota 9).

23.2. Outros impostos

Abaixo segue quadro comparativo dos demais tributos em aberto da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Outros impostos				
ICMS a recolher	-	-	3.049	2.819
ISS a recolher	20	18	16.035	15.513
INSS	52	68	729	554
Parcelamento Municipal	5.687	5.619	5.687	5.619
Impostos retidos na fonte	291	1.462	4.571	5.115
PIS e COFINS a recolher	35	37	4.340	2.145
IRPJ e CSLL a recolher	351	350	2.789	375
Parcelamento tributos federais	9.761	6.605	164.712	158.758
Tributos s/receitas diferidas	-	-	4.694	4.694
Outros	623	641	1.056	1.110
Total	16.820	14.800	207.662	196.702
Circulante	3.297	4.416	87.979	74.674
Não circulante	13.523	10.384	119.683	122.028

24. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Seguros a pagar	-	29	70	97
Acordos judiciais (i)	622	1.161	1.229	2.016
Adiantamento de clientes (ii)	-	-	1.859	2.681
Consortio	-	-	4.601	2.318
Drake Engenharia (iii)	-	-	-	22.417
Superficiários a pagar (iv)	-	-	-	643
Outras	432	1.831	1.438	2.770
Total	1.054	3.021	9.197	32.942
Circulante	1.054	1.346	9.197	12.318
Não circulante	-	1.675	-	20.624

(i) Acordos judiciais referentes a fornecedores;

(ii) Refere-se a adiantamentos de clientes recebido principalmente pela ATinfra.

(iii) Corresponde o saldo a pagar pela Drake pela compra da Phoenix. Esse passivo transferido no processo de cisão da Azevedo Travassos S/A.

(iv) Saldo a pagar para os superficiários aguardando a autorização da ANP. Esse passivo transferido no processo de cisão da Azevedo Travassos S/A.

25. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de março de 2025, o capital social da Companhia encontra-se subscrito e integralizado no

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

montante de R\$ 1.208.975 divididos em 201.978.135 ações ordinárias e 390.775.596 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 592.753.731 ações. Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia encontra-se subscrito e integralizado no montante de R\$ 651.194 divididos em 67.326.343 ações ordinárias e 130.259.128 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 197.585.471 ações.

Dividendos e juros sobre o capital próprio

Não houve distribuição de dividendos para os períodos findos em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024. Para todas as classes de ações está previsto o pagamento de dividendo mínimo anual obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da legislação societária.

Reserva legal

Deverá ser constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada período até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2024 apresentava o valor de R\$ 514.813. Em 13 de fevereiro de 2025, a Companhia efetivou um processo de cisão reduzindo o saldo de Prejuízos Acumulados no montante de R\$ 37.845, que somado ao prejuízo de R\$ 13.532 do período de 31 de março de 2025, passou a apresentar um saldo acumulado de R\$ 490.500.

26. Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento na esfera judicial, e processos tributários em andamento nas esferas judiciais e administrativas. As provisões relativas a esses processos são classificadas quanto à probabilidade de perda provável e possível.

Em 31 de março de 2025 está provisionado na Controladora o montante de R\$ 17.148 (R\$ 17.148 em 31 de dezembro de 2024), e no consolidado R\$ 23.696 (R\$ 23.696 em 31 de dezembro de 2024), o qual a Administração entende, baseada na opinião de seus assessores legais, que é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Causas Trabalhistas	533	533	3.513	3.513
Causas tributárias	323	323	323	323
Causas Cíveis	16.292	16.292	19.860	19.860
Total	17.148	17.148	23.696	23.696

A Companhia possui ações de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias, que não estão provisionadas pois envolvem risco de perda classificada pela Administração e seus advogados como possível ou remota. O valor considerado nessa classificação corresponde à somatória dos valores atribuídos às causas pelos demandantes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

O valor das contingências classificadas como possível pelos advogados conforme a prática jurídica encontra-se discriminado abaixo para o período de 2024 e para o período de 2025.

	Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024
Causas Trabalhistas	13.856	13.856
Causas tributárias	2.213	2.213
Causas Cíveis	4.223	4.223
Total	20.292	20.292

27. Receita de venda e serviços prestados, líquida

27.1. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Receita bruta				
Receita bruta de produtos e serviços	46	47	56.601	55.485
	46	47	56.601	55.485
Deduções				
Impostos sobre as receitas	(4)	(4)	(4.384)	(5.149)
	(4)	(4)	(4.384)	(5.149)
Receita líquida	42	43	52.217	50.336

27.2. Receita líquida por empresa:

	Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024
ATSA	42	43
ATI	51.684	42.325
HEFTOS	491	7.968
Total	52.217	50.336

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

28. Gastos por natureza

	Controladora									
	31/03/2025					31/03/2024				
	Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Amortização do Intangível	Total	Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Amortização do Intangível	Total
Salários e encargos	-	(2.687)	-	-	(2.687)	-	(2.403)	-	-	(2.403)
Serviços contratados de terceiros	-	(3.005)	-	-	(3.005)	-	(2.244)	-	-	(2.244)
Provisões e despesas com processos judiciais	-	-	-	-	-	-	-	(2.375)	-	(2.375)
Ganho/(Perda) na alienação do ativo investimento	-	-	738	-	738	-	-	-	-	-
Amortização do Intangível	-	-	-	(534)	(534)	-	-	-	(3.753)	(3.753)
Outras receitas e despesas	-	(1.114)	-	-	(1.114)	-	(1.132)	-	-	(1.132)
Total	-	(6.806)	738	(534)	(6.602)	-	(5.779)	(2.375)	(3.753)	(11.907)

	Consolidado									
	31/03/2025					31/03/2024				
	Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Amortização do Intangível	Total	Custos	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas	Amortização do Intangível	Total
Salários e encargos	(9.739)	(4.256)	-	-	(13.995)	(14.409)	(14.188)	-	-	(28.597)
Serviços contratados de terceiros	(21.086)	(5.687)	-	-	(26.773)	(12.788)	(5.795)	-	-	(18.583)
Provisões e despesas com processos judiciais	-	-	-	-	-	-	-	(2.375)	-	(2.375)
Ganho/(Perda) na alienação do ativo investimento	-	-	738	-	738	-	-	1	-	1
Materiais	(3.060)	-	-	-	(3.060)	(4.074)	-	-	-	(4.074)
Avaliação valor justo / Desagio	-	-	4.322	-	4.322	-	-	1.122	-	1.122
Amortização do Intangível	-	-	-	(4.467)	(4.467)	-	-	-	(7.686)	(7.686)
Outras receitas e despesas	(2.683)	(3.377)	-	-	(6.060)	(4.718)	(4.078)	1.551	-	(7.245)
Total	(36.568)	(13.320)	5.060	(4.467)	(49.295)	(35.989)	(24.061)	299	(7.686)	(67.437)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

29. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Receitas financeiras				
Outras receitas financeiras	-	-	5	1.735
Descontos obtidos	-	-	3	(4)
Juros ativos	-	-	2	5
Rendimentos aplicações financeiras	-	2	28	31
Total	-	2	38	1.767
Despesas financeiras				
Outras despesas financeiras	(311)	(32)	(695)	(156)
Descontos concedidos	-	(1)	-	(273)
Juros e multas	(7.051)	(80)	(13.541)	(6.181)
Total	(7.362)	(113)	(14.236)	(6.610)
Receita / despesa líquida	(7.362)	(111)	(14.198)	(4.843)

30. Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa de Imposto de Renda e da Contribuição Social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos períodos encerrados em 31 de março de 2025 e 2024 estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(13.532)	(18.961)	(12.704)	(22.631)
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	4.601	6.447	6.771	7.695
Itens de conciliação para determinação da taxa efetiva:				
Resultado de equivalência patrimonial	547	(2.142)	(2.452)	-
Despesas indedutíveis	-	-	-	(2)
Resultado objeto de Tributação pelo Lucro Presumido, não sujeito a constituição de créditos tributários diferidos	-	(2.222)	-	(2.222)
Imposto de renda e contribuição social alíquota de 34% sem constituição de créditos tributários diferidos	(5.148)	-	(5.150)	-
Outras (adições) exclusões	-	-	3	282
Imposto de renda e contribuição social apurados	-	2.083	(828)	5.753
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	(2.438)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	-	2.083	1.610	5.753
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	-	2.083	(828)	5.753
Alíquota efetiva	0%	11%	-7%	25%

A Companhia optou pela metodologia de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) com base no Lucro Real Anual para os períodos de 2025 e 2024.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Os créditos e débitos tributários diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, entre a base fiscal de ativos e passivos, e seu respectivo valor contábil, e encontram-se distribuídos da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Ativos				
Prejuízo fiscal e base negativa - (i)	-	-	82.127	97.886
Prejuízo fiscal e base negativa - Transação Tributária (ii)	41.714	41.714	41.714	41.714
Provisão para contingências trabalhistas/cíveis/tributárias	19.916	19.916	22.681	22.142
Provisão (PECLD)	12.953	12.953	12.953	12.953
Despesa de Amortização (Intangível - Vlr Justo)	5.104	5.104	5.104	5.104
Provisão de Impairment (Ativo Imobilizado e Intangível)	-	-	10.303	10.684
Despesas com Arrendamento Mercantil	-	-	266	65
Ativos contabilizados	79.687	79.687	175.148	190.548
Passivos				
Valor Justo Propriedade para investimento	-	-	(2.535)	(924)
Diferimento Contas a Receber	-	-	(913)	(563)
Passivos contabilizados	-	-	(3.448)	(1.487)
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	79.687	79.687	171.700	189.061

(i) Créditos tributários das subsidiárias foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração que demonstram a possibilidade de realização total desses valores nos próximos anos, em virtude da geração de lucros tributáveis futuros ou utilização em processo de transação tributária.

(ii) A Companhia atualizou os saldos de imposto de renda diferido sobre o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, os quais pretende utilizar na sua integralidade no processo de transação tributária da sua subsidiária Heftos junto à PGFN.

Estima-se que os ativos fiscais diferidos serão realizados conforme demonstrado a seguir:

Exercício	Controladora		Consolidado	
2025	29.160	37%	60.477	35%
2026	5.053	6%	11.813	7%
2027 em diante	45.474	57%	99.410	58%
Total	79.687	100%	171.700	100%

31. Informação por Segmento

Critério de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia definiu a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração gerencia os seus negócios. O saldo patrimonial de cada segmento é extraído dos registros contábeis da Companhia e está segregado conforme abaixo:

A) Ativos por Segmento

	Consolidado					Consolidado
	31/03/2025					
	Infraestrutura	Petróleo	Óleo e Gás	Investimentos	Eliminação	
Ativo						
Ativo Circulante	289.935	-	187.451	25.889	(339.444)	163.831
Outros Ativos Não Circulantes	10.354	-	91.619	267.008	(166.228)	202.753
Investimentos	31.200	-	-	1.251.083	(500.083)	782.200
Imobilizado e Intangível	3.195	-	128.364	32.595	-	164.154
Total do ativo	334.684	-	407.434	1.576.575	(1.005.755)	1.312.938

B) Passivos por Segmento

	Consolidado					Consolidado
	31/03/2025					
	Infraestrutura	Petróleo	Óleo e Gás	Investimentos	Eliminação	
Passivo						
Passivo circulante	135.413	-	113.435	459.123	(339.158)	368.813
Passivo não circulante	24.296	-	131.159	236.709	(166.514)	225.650
Patrimônio Líquido	164.537	-	171.662	903.102	(507.294)	732.007
Total do passivo	324.246	-	416.256	1.598.934	(1.012.966)	1.326.470

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

C) Resultado por Segmento

	Consolidado					
	31/03/2025					
	Infraestrutura	Petróleo	Óleo e Gás	Investimentos	Eliminação	Consolidado
Receita	51.684	-	491	42	-	52.217
Custo	(34.853)	-	(1.715)	-	-	(36.568)
Despesas gerais e administrativas	(2.599)	-	(3.915)	(6.806)	-	(13.320)
Amortização do intangível	-	-	(3.933)	(534)	-	(4.467)
Honorários dos Administradores	(208)	-	-	(1.220)	-	(1.220)
Outras receitas e (despesas) operacionais	3.200	-	1.122	738	-	5.060
Equivalência patrimonial	-	-	-	(7.211)	7.211	-
Resultado financeiro	(1.414)	-	(5.416)	(7.368)	-	(14.198)
Imposto de renda e contribuição social	(5.372)	-	4.544	-	-	(828)
Lucro (prejuízo) líquido do período	10.438	-	(8.822)	(22.359)	7.211	(13.532)

A) Ativos por Segmento

	Consolidado					
	31/03/2024					
	Infraestrutura	Petróleo	Óleo e Gás	Investimentos	Eliminação	Consolidado
Ativo						
Ativo Circulante	255.141	182	192.295	25.492	(304.417)	168.693
Outros Ativos Não Circulantes	14.355	381	68.511	151.463	(112.354)	122.356
Investimentos	69.410	-	-	726.246	(726.246)	69.410
Imobilizado e Intangível	1.970	185.381	139.859	47.214	-	374.422
Total do ativo	340.876	185.944	400.665	950.415	(1.143.017)	734.881

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

B) Passivos por Segmento

	Consolidado						
	31/03/2024						
	Infraestrutura	Petróleo	Óleo e Gás	Investimentos	Eliminação	Consolidado	
Passivo							
Passivo circulante	121.231	23	162.665	227.659	-	181.206	330.372
Passivo não circulante	32.973	63.459	29.783	214.420	(236.367)		104.268
Patrimônio Líquido	183.786	122.564	217.259	534.294	(740.784)		317.119
Total do passivo	337.990	186.046	409.707	976.373	(1.158.357)		751.759

C) Resultado por Segmento

	Consolidado						
	31/03/2024						
	Infraestrutura	Petróleo	Óleo e Gás	Investimentos	Eliminação	Consolidado	
Receita	42.325	-	7.968	43	-		50.336
Custo	(34.390)	(18)	(1.581)	-	-		(35.989)
Despesas gerais e administrativas	(3.091)	(83)	(15.107)	(5.780)	-		(24.061)
Amortização do intangível	-	-	(3.933)	(3.753)	-		(7.686)
Honorários dos Administradores	-	-	-	(687)	-		(687)
Outras receitas e (despesas) operacionais	1.552	-	1.122	(2.375)	-		297
Equivalência patrimonial	(0)	-	-	(15.341)	15.341		(0)
Resultado financeiro	(2.522)	(1)	(2.169)	(151)	-		(4.842)
Imposto de renda e contribuição social	(988)	-	4.658	2.083	-		5.753
Lucro / prejuízo líquido do período	2.886	(102)	(9.042)	(25.961)	15.341		(16.877)

32. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia não possui instrumentos financeiros que possam ser caracterizados por operações com derivativos, conforme Instrução CVM nº 235/95.

Fatores de risco financeiro

Os principais riscos inerentes às operações da Companhia e a forma de controle e mitigação, quando aplicáveis, são assim descritos.

Risco de taxa de juros (risco de mercado)

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando mitigar esse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco.

Em 31 de março de 2025, a Companhia não apresentou exposição relevante ao risco de taxa de juros para que fosse apresentada uma análise de sensibilidade.

Riscos de liquidez

Risco de a Companhia não possuir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia restringe sua exposição a riscos de créditos associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

33. Seguros

Em 31 de março de 2025 a Companhia possuía diversas coberturas de seguro cobrindo diversos riscos, dentre eles riscos de property (incêndio), riscos de engenharia, responsabilidade civil, transporte de mercadorias e danos materiais a veículos e equipamentos próprios.

O seguro contra riscos de engenharia visa cobrir danos materiais à própria obra e o seguro de responsabilidade civil visa cobrir danos que o processo de execução das obras ocasione involuntariamente a terceiros.

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dadas a sua natureza e peculiaridade, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações financeiras intermediárias desta forma, não foram revisadas pelos auditores independentes.

34. Outras informações

34.1. Azevedo & Travassos Energia S.A: Cisão e Início das Negociações

Conforme Fato Relevante de 31/01/2025, em razão da aprovação pela B3 S.A. da listagem e admissão à negociação no segmento básico da B3 das ações de emissão da AZTE por meio do Ofício B3 66/2025-DIE de 28 de janeiro de 2025, foram concluídas as etapas preparatórias e obtidas todas as autorizações necessárias para a implementação da (i) cisão parcial da AZEV, com incorporação da respectiva parcela cindida pela AZTE (“Cisão Parcial”), bem como da subsequente (ii) incorporação, pela AZEV, da totalidade das ações de emissão da MKS Soluções Integradas S.A. (“MKS”) e Congem Investimentos S.A. (“Congem”). A eficácia da Cisão Parcial se deu no dia 13 de fevereiro de 2025 e, como consequência, o capital social da AZEV foi reduzido em R\$193.219.201,11, passando de R\$651.194.005,36 para R\$457.974.804,25, mantendo-se inalterado o número de ações.

A Cisão Parcial resultou na transferência à AZTE de ativos vinculados ao segmento de energia e exploração e produção de petróleo, permitindo a concentração de atividades em uma estrutura única e especializada.

34.2. Azevedo & Travassos S.A: Incorporação de ações

Conforme o mesmo Fato Relevante de 31/01/2025, a eficácia da Incorporação, pela AZEV, da totalidade das ações de emissão da MKS Soluções Integradas S.A. e da Congem Investimentos S.A. se deu no dia 14 de fevereiro de 2025 e, como consequência, o capital social da AZEV foi aumentado em R\$ 751.000.000,00, passando de R\$ 457.974.804,25 para R\$ 1.208.974.804,25. 75 AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

34.3. Concessão Rota Verde – Assinatura do Contrato

Conforme Fato Relevante de 31 de março de 2025 – A AZEVEDO & TRAVASSOS S.A., assinou o contrato de concessão referente ao lote rodoviário Rota Verde (CN1) com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). O contrato, celebrado no âmbito do leilão CN1- Rota Verde, contempla um prazo de concessão de 30 anos e prevê investimentos significativos em infraestrutura, totalizando um CAPEX estimado de R\$ 4,0 bilhões, alocados em ampliação de capacidade, manutenção e melhorias operacionais ao longo de 426 km de rodovias, compreendendo trechos da BR-060 e BR-452 no estado de Goiás. O valor total da concessão é estimado em R\$ 10 bilhões ao longo do período contratual.

34.4. Contrato com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Conforme Fato Relevante assinado em 20 de janeiro de 2025, a Companhia, por meio de sua subsidiária integral Heftos Óleo e Gás Construções S.A. (“Heftos”), assinou na data de hoje, contrato com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (“Petrobras”), para a prestação de serviços de manutenção industrial integrada em plataformas produtoras de petróleo da Petrobras localizadas na Bacia de Campos (UN-BC). O contrato foi celebrado sob regime de empreitada por preços unitários, com valor total de R\$ 298.299.858,73 (duzentos e noventa e oito milhões, duzentos e noventa e nove mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e setenta e três centavos) e prazo de execução de 36 meses. Este prazo poderá ser estendido por meio de aditivo contratual por até 24 meses adicionais, conforme previsão contratual.



Localização:
Avenida das Nações Unidas,
12901. Torre Norte - 21º andar, cj
2102

Telefone:
(11) 3973-7787

Assessoria de Imprensa
Para informações e solicitações de
reportagens envie um e-mail para
contato@azevedotravassos.com.br

www.azevedotravassos.com.br